

A formação socioespacial de Corumbá e a atividade pecuária

The Social-spatial Formation of Corumbá and the livestock

Cláudia Heloiza Conte

Doutora em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Brasil

claudiaheloiza@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender a formação socioespacial de Corumbá/MS e o papel da pecuária nesse processo. A atividade, que teve sua inserção no território sul matogrossense por meio dos jesuítas, passou por distintos momentos e tornou-se a principal atividade econômica do município. Para alcançar o entendimento desse processo, o trabalho apoia-se na categoria de Formação Socioespacial. Essa categoria encaminha-se na compreensão de como um determinado modo de produção realiza-se nas diferentes formações sociais.

Palavras-chave: Formação socioespacial, pecuária, atividade econômica, produção, formação social.

Abstract

The objective of this work is to understand the socio-spatial formation of Corumbá/MS and the role of livestock in this process. The activity, which had its insertion in South Mato Grosso territory through Jesuits, went through different moments and became the main economic activity of the municipality. To reach the understanding of how a certain mode of production takes place in different social formations.

Keywords: Socio-spatial formation; livestock; economic activity, production, social formation.

1. INTRODUÇÃO

Corumbá/MS, que possui 96% de seu território inserido no Pantanal, conta com uma população total de 91.697 habitantes (IBGE, 2010). Tendo a pecuária como principal atividade econômica desde sua gênese, a atividade passou por importantes momentos até alcançar o período atual, o qual coloca o município na cadeia do agronegócio da carne. Diante disso, busca-se, através desse trabalho, alcançar o entendimento acerca do processo de gênese e desenvolvimento da atividade pecuária em Corumbá.

Em relação a abordagem utilizada para esse estudo, é preciso buscar em Santos (2005) a interpretação de que, o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades econômicas, políticas e sociais. Deste modo, o espaço se reproduz, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus sucessivos momentos. Entretanto, o espaço influencia também na evolução da totalidade social e de seus movimentos. Santos (1996) chama atenção para a complexificação da totalidade a medida que o

processo histórico avança, e neste sentido aponta que, o universo deve ser compreendido enquanto “[...] um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas” (SANTOS, 1996, p.94).

A escolha pela categoria de formação socioespacial como referencial teórico apresenta uma preocupação com as análises globalizantes, que conduzem ao reconhecimento dos vários níveis na elaboração de distintas realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces, dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana (PEREIRA, 2003). Assim, esse trabalho está dividido em três partes; primeiramente será realizada uma discussão sobre a categoria de formação socioespacial, para posteriormente abordar o processo de gênese e desenvolvimento da pecuária em Corumbá, seguido da discussão da atividade na atualidade.

2. A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Marx (1983) ressalta a unidade das diferentes esferas da vida social (econômica, jurídica, política, religiosa, artística e filosófica), destacando que, o entendimento da formação econômica e social é parte de um processo histórico e sob seu ponto de vista, o enfoque é “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural [...]” (MARX, 1983, p.13). A partir desse entendimento, o desenvolvimento histórico e suas etapas se tornam o lugar central na interpretação das sociedades.

Santos (1982) explicita que, Marx (1985) fundamentou o método científico da formação econômica e social porque soube retirar desde o início os entendimentos históricos e filosóficos da sociedade em geral, apresentando uma análise científica de uma sociedade e de um progresso. O conceito da formação econômica e social se refere a uma sociedade determinada, a exemplo do que Lênin (1974) produziu acerca do capitalismo na Rússia (SANTOS, 1982).

Com base no conjunto de relações humanas e nas relações de produção, Marx (1985) caracterizou os modos de produção feudal, capitalista e socialista como momentos evolutivos da formação econômica das sociedades. A análise da natureza dos modos de produção requer a compreensão das relações de produção e dos meios de produção fundamental. No entanto, deve-se considerar que os modos de produção adquirem feição concreta somente nas formações sociais, cuja estruturação, de acordo com Santos (1982), depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da forma como eles se combinam.

Considerando que a produção implica “[...] a organização dos indivíduos humanos e sua relação com o restante da natureza” (MARX; ENGELS, 1986, p.42) e que a formação econômica e social constitui a “[...] estrutura técnica produtiva expressa geograficamente na distribuição da produção [...]” (SANTOS, 1982), o espaço coloca-se enquanto um elemento chave no processo de

formação econômica e social. Para Santos (1982), se a categoria de formação econômica e social está ligada de forma inseparável a evolução de uma dada sociedade, em sua totalidade concreta ela dever ser entendida sempre com base na realidade histórica e geográfica. Nesta perspectiva:

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades 'externas', aquelas do modo de produção 'puro' (o modo de produção dominante, que não se realiza plenamente em parte alguma), quanto pelas necessidades 'internas', representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982, p.27/28).

Nas necessidades internas não poderão estar ausentes os elementos naturais, visto que o modo de produção consiste em uma forma particular de organização do processo de produção, atribuído a agir sobre a natureza e alcançar os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade. Uma dada sociedade e sua natureza são inseparáveis e conjuntamente compõem a formação social. São as determinações geográficas existentes na categoria de formação social que possibilitam a discussão de formações socioespaciais (SILVA, 2005). De acordo com Cholley (1964, p.140):

As combinações que são objeto da geografia oferecem uma localização espacial, é a primeira diferença a assinalar. O plano no qual elas se manifestam se confunde com aquele em que entram em contacto os grandes elementos constitutivos do globo terrestre, a terra, as águas, a atmosfera: nós o designamos como superfície do globo. E é precisamente porque esse plano de contacto existe, que tais combinações se produzem, provocando nos elementos atmosféricos, hidrológicos ou terrestres modificações de estrutura de incontestável originalidade.

Para Cholley (1964), é possível desvendar o caráter geográfico de um determinado local ao verificar se são produzidas formas particulares que permitam as manifestações da vida, especialmente aquelas que expressam as atividades dos grupos humanos. Neste sentido, as combinações de caráter acidental devem ser eliminadas do domínio geográfico, visto que a ideia de meio acarreta uma noção de estabilidade. Assim, “[...] certas combinações podem em dado momento, penetrar no domínio geográfico, assumir um caráter geográfico, enquanto que em outras ocasiões elas perderão esse caráter, por não serem mais capazes de realizar um meio relativamente estável” (CHOLLEY, 1964, p.141).

O autor supracitado aponta que, as combinações podem ser divididas em três categorias: as provenientes apenas da convergência de elementos físicos; as mais complexas, que contam com elementos físicos e biológicos e as mais complicadas, que resultam da interposição conjunta de fatores físicos, biológicos e humanos. Esta última categoria de combinações é realizada pelo homem, a exemplo da atividade agrícola, industrial, etc.

“As combinações nascem, evoluem e morrem” (CHOLEY, 1964, p.142). Nesse processo a estrutura social é aperfeiçoada, o nível de vida pode ser elevado e ocorre a criação de bens de consumo

e de troca. Posteriormente o sistema apresenta sinais de fraqueza e provoca crises. Atrelado a esses fatores, ocorre o amortecimento demográfico e alterações no equilíbrio social, que promovem o deslocamento da combinação e a chegada de uma nova combinação (CHOLLEY, 1964). Entretanto, deve-se atentar para o fato de que as várias possibilidades das combinações e as suas mudanças podem não estar unicamente relacionadas com as condições naturais. As condições econômicas, políticas e étnicas têm papel importante, visto que podem corrigir as possibilidades existentes na natureza.

A estrutura das combinações geográficas impossibilita conceber os fatores que as compõem isoladamente, pois eles existem apenas como elementos da combinação, ou seja, são nas combinações das quais fazem parte, que devem ser analisados. A interpretação das condições do meio pode mudar de um século para o outro e essas mudanças estão relacionadas com a inserção de técnicas criadas pelo homem, como os processos de irrigação e maquinário agrícola. À medida que evoluem os centros urbanos e que as técnicas tornam-se mais eficazes, a ação das condições naturais é menos indispensável e a estrutura social, a mão de obra e a localização das cidades é que sustentam a estrutura das combinações.

Foi no final da década de 1970 que Milton Santos resgatou a categoria de formação econômica e social, afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço [...]” (SANTOS, 1982, p. 10). Santos (1982) insere o espaço apreendido enquanto uma instância da sociedade, tal qual a política, ideológica, econômica, cultural, pois a dimensão da sociedade contém e é contida pelas demais e cada instância contém e é contida pelo espaço, tendo o social como sua essência. Ou seja, compõem uma totalidade concreta que se constitui num espaço-tempo, onde o movimento de concretude dessa totalidade expressa continuidades e descontinuidades como uma unidade (SANTOS, 1985).

A categoria de formação socioespacial encaminha-se, sobretudo, no sentido de precisar como um dado modo de produção realiza-se concretamente nas diversas formações sociais. Para isso, Santos (1982, p.87) explicita que “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]” e neste sentido, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, ou melhor, seria uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente.

Santos (1982) evidencia ainda que, modo de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária, ou seja, “[...] a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1982, p.89). Santos (1982, p.81) deixa claro que, as formações socioespaciais, enquanto etapas de um processo histórico, referem-se a “[...] evolução diferencial das sociedades”, isto é, expressam a diferenciação espacial, e por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países, regiões e centros urbanos diferenciam-se uns dos outros. Esses participam do processo geral,

implementado pelo modo de produção dominante, com graus diferentes de copresença e de complexidade, pois se definem tanto pela “[...] sua existência corpórea [na esfera da materialidade] quanto por sua existência relacional”.

A diferenciação entre os lugares resulta do arranjo espacial advindo dos modos de produção particulares, ou em outras palavras, a realização de um dos momentos da produção supõe um local próprio, que é ao mesmo tempo diferente para cada processo ou momento do processo. Disso resulta que, a formação socioespacial permite a análise da concretude de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações), sendo esta uma realidade histórico-concreta. Sua base de explicação é a produção, ou seja, o trabalho onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações, [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p.12).

Desta forma, a dinâmica de um espaço geográfico deve ser compreendida com base nos processos sociais que o formaram, sem abandonar as características naturais que permitiram as bases de seu desenvolvimento.

3. A GÊNESE DE CORUMBÁ E O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

A área onde encontra-se a cidade de Corumbá foi marcada pela chegada dos padres jesuítas no início do século XVII. Os missionários introduziram o gado vacum, cavalari, muar e ovino no território matogrossense. O gado era mantido as margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, formando assim, os primeiros núcleos criatórios. De acordo com Brazil (2009), a ideia era promover a fixação dos indígenas, para posteriormente, por meio da criação dos rebanhos, acumular riqueza. Contudo, as incursões bandeirantes, ao explorar o interior da América do Sul, encontraram as reduções e suas respectivas criações, destruindo-as e dominando-as. Muitos animais ficaram nas antigas povoações, e sem cuidados, os mesmos se espalharam pela região, retornando ao estado selvagem. Mesmo nessas condições, vivendo sem manejo, o número de gado multiplicou-se, constituindo a gênese da pecuária sul-matogrossense (BRAZIL, 2009).

Além da busca por indígenas, a intenção portuguesa em avançar a linha imposta por Tordesilhas era encontrar metais preciosos. Para tanto, os paulistas destruíram reduções jesuíticas espanholas, elaboraram rotas, descobriram minas e criaram condições para o povoamento dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com a descoberta de ouro em 1718 em Cuiabá, o sul do Mato Grosso deixou de ser interessante para os paulistas (QUEIROZ, 2009).

Nos primórdios da ocupação desta área, os rebanhos selvagens constituídos após a destruição da redução de Itatim (abrangia a atual área de Corumbá) tinham pouca importância. Entretanto, em

1682, alguns anos antes da descoberta de ouro em Cuiabá, uma das mais importantes bandeiras organizadas em Sorocaba/SP, deslocou-se para o sul do Mato Grosso. Surpresos com os rebanhos “sem donos”, optaram pela formação de um arraial nas Vacarias¹ Sulinas da Província (BRAZIL, 2000). Esse acontecimento determinou importantes mudanças na história de toda a área, visto que somente a partir daí teria início o povoamento luso brasileiro, assim como efetivas medidas portuguesas pela posse deste território (QUEIROZ, 2009).

Questão fundamental nesse processo está relacionada às condições do relevo do Pantanal (Figura 1), pois foram determinantes na evolução do povoamento e conquista desta porção (BRAZIL, 2000). Aqui é importante destacar que, o clima da área é o semi-úmido, sendo o período chuvoso (outubro a abril) responsável pelas inundações do rio Paraguai e afluentes. Essas inundações cobrem até dois terços da área pantaneira e ocorrem em virtude da baixa declividade do terreno, que apresenta 100 metros de altitude em média. As superfícies pantaneiras mais elevadas abrangem a vegetação do Cerrado e em áreas mais úmidas apresentam florestas tropicais (CARDOSO et al., 1995).

Esselin (2011, p.74) aponta que, os campos do Pantanal são promissores para a atividade pecuarista “[...] devido à boa qualidade das pastagens, à salinidade do solo e à aptidão para o desenvolvimento da pecuária [...]”. Entretanto, esses elementos representaram apenas uma casualidade, pois os espanhóis desejavam somente a ocupação do território, que era estratégico na articulação entre seus destinos, ou seja, ao território peruano, detentor das minas de prata.

A partir de 1750 os governos ibéricos colocaram em prática os termos do tratado que definiriam as terras coloniais. O reconhecimento da soberania portuguesa sobre os territórios conquistados através do avanço bandeirante e pelos contingentes militares, que apropriaram as áreas interioranas, sobretudo ao sul e ao norte da Colônia, tornou-se o objetivo principal do Tratado de Madri. Posterior à expulsão dos jesuítas espanhóis e a tentativa de acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, em 1761 o Tratado de Madri foi anulado. No ano seguinte foi fundado o Forte Nossa Senhora da Conceição, na faixa de fronteira, representando o primeiro passo do processo político de consolidação do governo português no extremo oeste da Colônia. Povoar a então capitania de Mato Grosso tornou-se a base para a consolidação da soberania portuguesa. Logo ocorreu o surgimento de importantes núcleos populacionais como Cuiabá, Vila Maria e Albuquerque, que posteriormente tornou-se Corumbá, na margem direita do rio Paraguai (BRAZIL, 2000).

¹ Em suas incursões pela região, os portugueses denominaram essas áreas de vacarias, dada a presença dos rebanhos silvestres. “Delimitava-a Pedro Taques, em meados do século XVIII, depois de afirmar que, nos campos assim chamados, existiam enormes rebanhos, sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, não só de gados *vacuns*, mas também dos animais cavallares” (BRAZIL, 2000, p. 33).

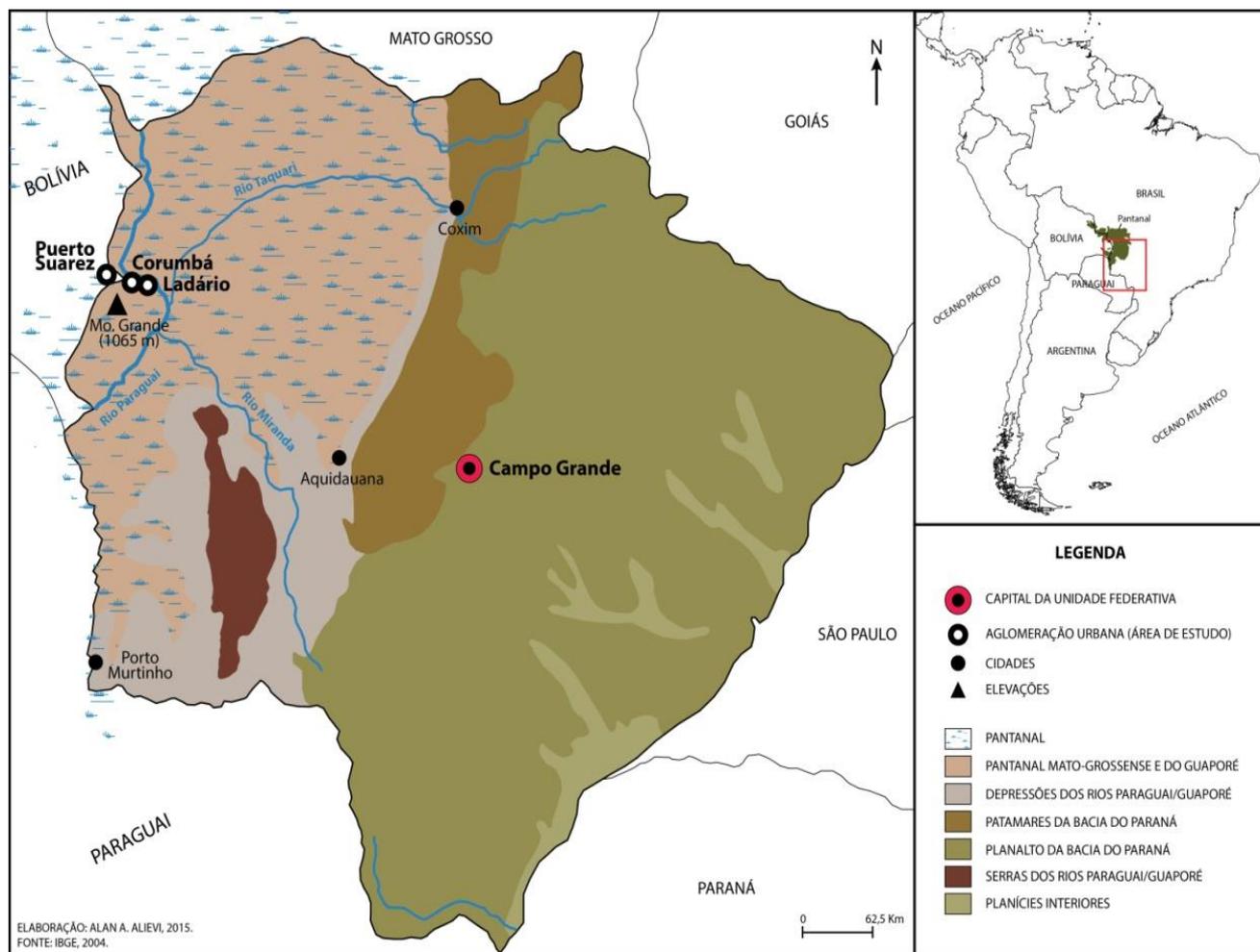


Figura 1: Aspectos das condições naturais do Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE, 2004.

Nos primeiros anos da segunda metade do século XIX as freguesias de Corumbá, Miranda e Santa Ana do Paranaíba foram elevadas a categoria de vilas. Isso se deu motivado pelas transformações que estavam acontecendo na porção sul do território do Mato Grosso, como “[...] o crescimento e a exportação, para as províncias de Minas Gerais e São Paulo, de gado bovino proveniente do Planalto Sul, criados nas propriedades próximas a Santa Ana do Paranaíba e pela abertura da navegação no rio Paraguai” (SENA, 2010, p.156).

A ocupação das terras do sul do Mato Grosso foi baseada no sistema de sesmarias. Desde o período colonial as peculiaridades do sistema de sesmarias proporcionavam direta ou indiretamente, o acesso a terra para grandes produtores, sendo que por muito tempo essa forma de concessão de terras garantiu poderes políticos aos sesmeiros latifundiários (BRAZIL, 2000). Apesar da promulgação da Lei das Terras, as apropriações de terra pelos grandes proprietários seguia ocorrendo através da possibilidade de reconhecimento das posses. Para Brazil (2000), tratava-se de dificultar ou até mesmo proibir a posse da terra pelo homem livre, nacional e o emigrado, a fim de obrigá-lo a vender sua força de trabalho.

A economia pecuarista que estruturava-se no sul matogrossense constituía-se em um modelo extensivo e de baixo nível técnico, contando com força de trabalho indígena (QUEIROZ, 2009). Essas características garantiam um baixo custo de produção do gado e inseriram esta área nos circuitos econômicos nacionais. Neste sentido cabe considerar que, os povoadores advindos de Minas Gerais eram pecuaristas que já estavam integrados “[...] desde a segunda metade do século XVIII, ao abastecimento do Rio de Janeiro, e era precisamente em função desse mercado que eles agora se expandiam” (MAMIGONIAN, 1986, p. 47).

Desse modo, o sul do Mato Grosso perdeu a conotação de simples área de pastagem para associar-se, mesmo que de forma frágil e periférica, ao ambiente econômico centrado no Sudeste do Brasil, “[...] vinculação essa materializada principalmente nas remessas de gado bovino magro que, depois de engordado nas invernadas mineiras, seguia para o abate nos centros consumidores” (QUEIROZ, 2009, p.35). Para o autor, essa dinâmica inicia-se com maior regularidade a partir do final da década de 1840, ou seja, no período da fase b do primeiro Kondrafieff (1815-48), quando “[...] aumentou-se a parte do produto destinado ao autoconsumo e diminuiu-se a parte exportável, tornando a economia nacional mais independente com relação as importações” (TOLMASQUIM, 1991, p.31). Araújo e Bicalho (2009, p.05) acrescentam que:

O primeiro surto de crescimento comercial no Pantanal Sul, ocorreu no período de 1850 – 1864, momento em que a ocupação se consolidava com o estabelecimento da propriedade privada pelos colonos que vieram do norte do Mato Grosso a partir de 1834 e subjugaram os índios ao trabalho nas fazendas. O volume de gado existente estimulou o desenvolvimento do comércio, dando início a um canal de comercialização, de gado em pé, entre os criadores pantaneiros e os invernistas mineiros e de São Paulo, que engordavam o gado e vendiam para os abatedouros paulistas e do Rio de Janeiro.

Desta agropecuária, de acordo com Mamigonian (1986), teve origem uma aristocracia rural, formada pelos maiores proprietários de engenhos e fazendas de criação, que juntamente com os grandes comerciantes de Cuiabá, constituíam as classes dominantes daquela sociedade.

Neste contexto, a abertura das fazendas de criação no sul do Mato Grosso durante o século XIX, foi responsável pelo povoamento do Pantanal, concentrando 2/3 do rebanho da província (MAMIGONIAN, 1986). Com características distintas, os grandes fazendeiros dessa região não eram financeiramente induzidos a vender toda a produção, ocasionando a expansão de forma independente do mercado, visto que além da estrutura fundiária favorável, seus gastos eram mínimos: “[...] quase nenhuma mão-de-obra, reprodução natural do gado, terras baratíssimas consistindo em imensos campos favoráveis e providos de salinas naturais ao sul e sudoeste de Cuiabá, que não exigiam nenhum gasto suplementar” (MAMIGONIAN, 1986, p.46).

O fim da Guerra do Paraguai contribuiu para a formação de novas fazendas nas porções meridionais e centrais do Pantanal. Com a presença de grandes excedentes bovinos, com a abertura

da navegação fluvial e o fim da Guerra, outra atividade despontou na região, a instalação de charqueadas. Isso se deu em virtude de novas restrições para a entrada de charque estrangeiro no Brasil (MAMIGONIAN, 1986). As charqueadas, juntamente com o mercado favorável, estimularam a multiplicação de outras na segunda década do século XX, especialmente no sul do estado. Em 1925 funcionavam 19 charqueadas em todo o Mato Grosso do Sul.

O crescimento da pecuária no Pantanal Sul, neste período, foi resultado da incorporação cada vez maior de novas terras. As principais propriedades destinadas à criação foram controladas por companhias estrangeiras, que tornavam mais intenso o processo de concentração fundiária. A empresa Brazil Land Cattle and Packing possuiu uma propriedade em Corumbá com 763.508 hectares e mais três propriedades em Mato Grosso. The Brazilian Meat Company possuía uma propriedade em Aquidauana com 500.000 hectares, a Fomento Argentino Sud-Americano dispôs em Corumbá de 726.077 hectares. A empresa Franco – Brasileira possuía duas propriedades no Pantanal sul, uma em Miranda com 242.456 hectares e outra em Corumbá, com 172.352 hectares. A Sud-Américaine Belge S/A possuiu em Corumbá 177.060 hectares, The Miranda Estância Company controlou em Miranda 219.506 hectares, a Sociedade Anônima Rio Branco deteve em Corumbá 549.156 hectares (ARAUJO e BICALHO, 2009, p.09).

Bertholi (2006) aponta que, se a chegada da pecuária extensiva a partir do século XVIII foi consequência direta da ociosidade de pastagens e do baixo custo da produção, a ocorrida durante a segunda dualidade, na fase expansiva do terceiro ciclo longo, indicava os aspectos de uma grande indústria pastoril.

[...] as fazendas exclusivamente pecuárias, tanto do pantanal quanto do planalto, seguiram *pari passu* a evolução das relações estabelecidas no bojo da primeira dualidade, estando assim, por este tempo, na transição entre uma economia natural para outra comercial, ainda de caráter feudal, dando pistas acerca da chegada do modo capitalista de produção sob o viés da economia de monopólio (primeiro do ouro, depois do charque), sensivelmente atrelada as políticas de Estado e fundamentada nos resquícios das relações de trabalho escravo [...] (BERTHOLI, 2006, p.77)

No início do século XX a construção da ferrovia que liga Bauru/SP a Corumbá, pela Noroeste do Brasil, provocou um reordenamento da produção pecuária, atraindo para as margens dos trilhos, os pecuaristas especializados na engorda. Para compreender como ocorreu este processo, a tabela 1 apresenta os estabelecimentos rurais existentes em Corumbá em 1920.

A existência de 100 estabelecimentos com área superior a 401 hectares confirma os apontamentos de Bertholi (2006) a respeito da consolidação da grande propriedade em Corumbá; a criação de gado destinado aos mercados do Sudeste fortaleceu este panorama. Por outro lado, verifica-se que os estabelecimentos com até 40 hectares eram apenas quatro, aqueles entre 41 e 100 hectares somavam nove unidades, os estabelecimentos entre 101 e 200 hectares eram oito, enquanto 11 estabelecimentos estavam inseridos no grupo com área entre 201 e 400 hectares. Para melhor

compreender a dinâmica existente nestas propriedades, a tabela 2 apresenta os dados sobre as criações.

Tabela 1: Estabelecimentos rurais em Corumbá: 1920

Grupos de área	Estabelecimentos
Menos de 40ha	04
Entre 41 e 100 ha	09
Entre 101 e 200 ha	08
Entre 201 e 400 ha	11
Mais de 401 ha	100
Total	132

Fonte: BRASIL (1923).

Tabela 2: Efetivo de animais em Corumbá: 1920

Rebanhos	Quantidade
Bovino	202.043
Equino	3.039
Assino e Muar	296
Ovino	1.051
Caprino	757
Suíno	2.374

Fonte: BRASIL (1923).

Em 1920 Corumbá já destacava-se com a criação de gado, somando 202.043 cabeças. As demais criações estavam relacionadas ao consumo da população, a exemplo dos 2.374 suínos e os 1.051 ovinos. Em relação à implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil deve-se considerar que, ela foi fundamental nas alterações de eixo na articulação da região. Com a estrada de ferro, como pode-se visualizar no mapa 2, a porção sul do Pantanal passou a articular-se com o Sudeste brasileiro através da venda de bois magros, principalmente para São Paulo. Nesta discussão Araujo e Bicalho (2009, p.11) explicitam que:

Internamente, a inércia espacial dominava o comportamento da estrutura espacial pantaneira, entretanto, o centro da organização espacial interna deixa de ser a cidade de Corumbá, que entra em decadência com a mudança no sistema de transporte, e passa a ser Campo Grande, que assume as funções de entreposto comercial e centro difusor.

Inserida no período da segunda dualidade, a Primeira Guerra Mundial promoveu ampliação do mercado mundial de carne bovina, incentivando inclusive, a criação da indústria da carne congelada no Brasil, com importantes repercussões sobre as áreas criatórias de gado bovino, como no Mato Grosso do Sul:

Mato Grosso, já estabelecido como um importante produtor de carne bovina para o mercado paulista, foi rapidamente inserido na economia nacional da época da guerra, exportando crescentes quantidades de gado em pé para os abatedouros de São Paulo e expandindo as pastagens, os abates e a necessária infra-estrutura. A guerra e o período imediatamente subsequente garantiram a definitiva participação de Mato Grosso no capitalismo nacional e

internacional – uma situação da qual essa região havia desfrutado apenas de modo periférico, nas décadas anteriores (WILCOX, 1992, p. 180).

O município contava com 9.735 habitantes em 1920 (BRAZIL, 1923). Nesta mesma década o eixo econômico do Mato Grosso do Sul passou a ser Campo Grande, pois a cidade encontrava-se mais próxima dos grandes centros do Sudeste do país, acentuando a redução do comércio portuário de Corumbá e a perda de sua posição de destaque no estado. Campo Grande estabeleceu-se enquanto polo de convergência da maior parte do gado destinado aos frigoríficos paulistas (SILVA, 2010).

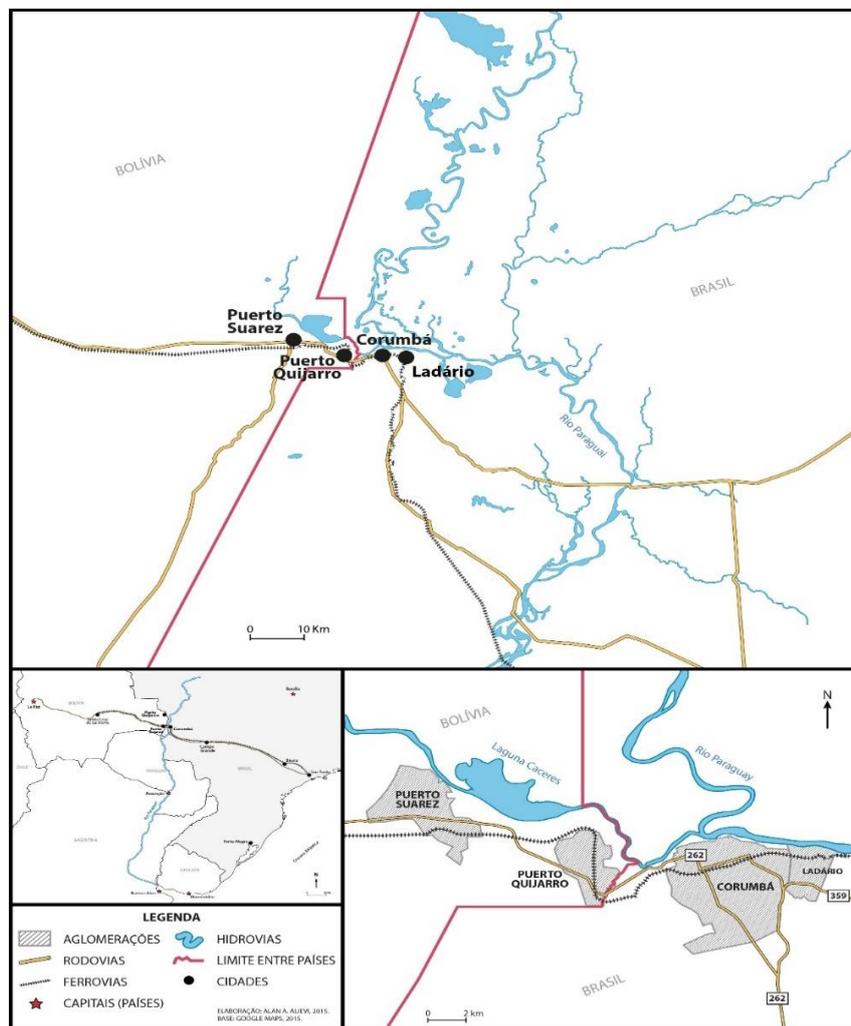


Figura 2. Ferrovias e Rodovias em Corumbá, 2015

Fonte: GOOGLE MAPS, 2015.

A tabela 3 apresenta a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá entre 1950 e 1975. Os estabelecimentos com até 100 hectares tiveram evolução positiva, com crescimento em número e área no período considerado. No entanto, representavam apenas 34,3% do total de estabelecimentos e 0,15% da área total do município. Aqueles com área entre 101 e 500 hectares também apresentaram expansão entre 1950 e 1975, mas sua participação no total foi de 10,7% para estabelecimentos e 0,54% da área total. Os estabelecimentos com mais de 501 hectares são os

predominantes, e também tiveram crescimento até 1970 em termos de número, com redução em 1975, mas a área ocupada pelos mesmos foi crescente, salvo entre 1970 e 1975, com pequena redução. Isso mostra a continuidade da concentração de terras, não alteradas desde a gênese da ocupação das terras e da pecuária bovina.

Tabela 3: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1950/ 1975

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Área (ha)						
Até 49 ha	39	312	70	615	671	8.560	354	3.426
50 a 100 ha	7	584	23	1.336	73	4.295	72	4.742
101 a 500 ha	33	8.326	81	24.188	261	64.227	133	29.921
Acima de 501 ha	305	3.945.395	558	4.645.923	816	5.656.211	682	5.309.101
Total	384	3.954.617	732	4.672.062	1.821	5.733.293	1.241	5.476.190

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1950,1960, 1970 e 1975.

Neste sentido cabe considerar que, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o centro oeste passou por outra fase de sua incorporação à dinâmica brasileira. O processo de ocupação, caracterizado pela pecuária extensiva, foi transformado a partir do Plano de Metas, dando lugar a novas frentes de agricultura comercial, bovinocultura tecnificada e frentes especulativas². A tabela 4 apresenta a utilização da terra em Corumbá, denotando o domínio do uso das pastagens.

Tabela 4: Uso da Terra em Corumbá: 1950/1975

Atividade	1950	1960	1970	1975
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	607	1.450	9.552	1.825
Lavoura permanente	140	516	4.328	436
Pastagem	2.573.289	3.472.229	4.736.919	4.063.292
Matas e florestas	1.074.849	783.657	570.737	848.696
Terras incultas	96.817	282.402	58.818	109.440
Total	3.745.702	4.540.254	5.380.354	5.023.689

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Se na década de 1950 existiam 372 propriedades dedicadas à criação de gado, em 1970 estas já totalizavam 1.582, com o aumento de 449,95% no número de cabeças criadas³, conforme tabela 5. Destaque também para a criação de ovelhas, que em duas décadas teve um crescimento de 773,81%. A criação de suínos e aves teve expansão.

² Importante considerar que a partir da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, acentuou-se a criação de colônias agrícolas no Centro Oeste do Brasil, incrementando a população desta área. No entanto, é a partir de 1970 que infraestruturas de transporte, assim como as mudanças no agronegócio passam a atingir mais profundamente a região (TEIXEIRA, HESPANHOL, 2005).

³ O gado criado em Corumbá permanecia no município apenas na fase de cria. Era transportado em pé para outros municípios do estado para recria, o abate também ocorria em frigoríficos fora do município, inclusive no interior de São Paulo.

Tabela 5: Atividade pecuária de Corumbá: 1950/1975

Atividades Pecuárias	1950		1960		1970		1975	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	372	568.576	710	1.075.622	1.582	2.558.327	1.014	1.999.254
Equinos/muare	334	14.638	704	54.559	1.836	55.756	1.268	34.943
Ovinos	63	4.929	170	12.521	534	38.141	205	14.975
Suinos	204	4.961	320	11.058	96	1.808	695	17.038
Aves	259	17.898	518	48.627	1.366	90.412	998	68.806

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1975.

A agricultura não ocupa posição importante no âmbito econômico do município, vinculado a um conjunto de fatores como: a fertilidade do solo, os ciclos de inundação variáveis em intensidade e duração, aspectos culturais, históricos e tradicionais típicos das áreas de pecuária extensiva, aliados a conceitos falsos de inexistência de infraestrutura de comercialização (EMBRAPA, 1981). Tanto assim que, os principais produtos agrícolas entre 1950 e 1975 foram o arroz e o milho. Na última data a quantidade colhida foi de 64 e 318 toneladas de arroz e milho, respectivamente. A parte estas duas culturas, a agricultura de Corumbá pouco representou no contexto produtivo do estado. Nas décadas seguintes a população de Corumbá seguiu crescendo, com registro de 81.887 habitantes em 1970.

4. A PECUÁRIA EM CORUMBÁ NA ATUALIDADE: 1980/2015

Um novo momento para Corumbá foi efetivado com a construção de rodovias ligando o Mato Grosso do Sul ao sudeste do Brasil, com destaque para o trecho entre Corumbá e Campo Grande, construído na década de 1970. A tabela 6 apresenta dados referentes a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá entre 1980 e 2006. Ao analisar estes dados é fundamental considerar as peculiaridades geográficas do Pantanal e neste sentido, a bacia hidrográfica do Alto Paraguai é a responsável pela formação do Pantanal, compreendendo em território brasileiro, 361.666 km², dos quais, 223.483 km² correspondem aos planaltos adjacentes, onde encontram-se as nascentes dos rios pantaneiros. O Pantanal é dividido em 16 municípios de dois estados brasileiros. O município de Corumbá representa quase 45% do Pantanal sul matogrossense e cerca de 96% de sua área localiza-se no Pantanal.

Existem poucas estradas no interior do Pantanal e o acesso terrestre ocorre por estradas de areia ou trilhas, sendo que, no período das enchentes o acesso a algumas áreas só ocorre através de barco ou avião. Além disso, a eletricidade na área rural avança a passos lentos, exigindo o uso de geradores a diesel; e em relação a comunicação telefônica, esta se dá através de serviços de fonia rural ou rádiodifusoras. Nesta perspectiva e de acordo com a tabela 6, observa-se que o espaço pantaneiro foi organizado em grandes propriedades, poucos núcleos urbanos e população reduzida. As fazendas são distantes umas das outras, fato agravado pela dificuldade de acesso ao interior da região, sobretudo no período das cheias.

Estes dados são confirmados ao verificar que, em 1980, dos 1.082 estabelecimentos rurais, 718 possuíam área superior a 501 hectares, ou seja, 66,35% do total das propriedades do município em uma área de 5.587.000 hectares, enquanto os estabelecimentos com área inferior a 500 hectares perfaziam 17,28% dos estabelecimentos e área total.

Tabela 6: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Corumbá: 1980/2006

Grupos de Área (ha)	1980		1996			2006		
	Estab	Área	Grupos de área (ha)	Estab	Área	Grupos de Área (ha)	Estab	Área
Até 49	187	3.124	Até 99	455	1.510.233	Até 49	992	6.984
50 a 100	54	3.568	100 a 500	89	838.507	50 a 100	71	2.883
101 a 500	123	29.130	Mais de 501	665	2.859.027	101 a 500	69	24.053
+ de 501	718	5.587.000				+ de 501	521	6.634.769
Total	1.082	5.622.822		1.209	5.207.767		1.653	6.668.690

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

Em 2006 nota-se alterações, especialmente em relação a distribuição das propriedades, ou seja, embora as grandes propriedades continuem representando a maior parte da área destinada as propriedades rurais de Corumbá (99% da área), as propriedades com área inferior a 50 hectares tiveram um grande incremento, já que nesta contagem eram 992 estabelecimentos em uma área de 6.984 hectares. O estrato de área entre 50 e 100 hectares possuía 71 estabelecimentos em 2.883 hectares e 69 estabelecimentos constituíam o estrato de área entre 101 e 500 hectares.

Estes dados confirmam que, a concentração fundiária, de acordo com Araujo (2006), permanece como a característica mais marcante da organização do espaço pantaneiro. Todavia, há mudanças no sentido da diminuição do tamanho médio das propriedades, seja pela venda da terra ou pelo desmembramento por herança. Em Corumbá não é comum o arrendamento de terras e parcerias, mas quando ocorre, são estabelecidos contratos de trabalho que não envolvem dinheiro, mas a arroba do boi gordo.

Outro elemento importante diz respeito ao aumento de 81,15% (entre 1980 e 2006) dos estabelecimentos com área inferior a 50 hectares. Trata-se da inserção da pequena propriedade através de assentamentos rurais. A criação do primeiro assentamento no contexto do Programa Nacional de Reforma Agrária, alterou a dinâmica agrícola do município. A tabela 7 apresenta os assentamentos rurais de Corumbá.

Tabela 7: Projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA em Corumbá

Município	Projeto	Criação	Área (ha)	Parcelas	Tamanho médio (ha)
Corumbá	Urucum	1986	1.978,93	84	23,56
	Mato Grande	1988	1.264,35	50	15,88
	Taquaral	1991	10.013,24	394	25,41
	Tamarineiro I	1987	3.812,26	126	30,26
	Tamarineiro II	1995	10.619,00	395	26,88
	Pailzinho	1999	1.198,03	70	17,11

Fonte: EMBRAPA (2002)

Entre 1986 e 1999 foram criados seis assentamentos rurais no município de Corumbá. Dentre os estabelecimentos, 72,5% apresentam área entre 15 e 18,50 hectares e 17% entre 23 e 27 hectares. Nestes estabelecimentos são desenvolvidas atividades agrícolas e a bovinocultura de leite (EMBRAPA, 2002).

Em relação ao uso da terra em Corumbá, a tabela 8 evidência que, entre 1980 e 2006, ocorreu diminuição de 73,39% na área destinada a lavoura temporária, o mesmo ocorreu com a lavoura permanente, que em 2006 possuía apenas 364 hectares cultivados. Estes dados confirmam que a agricultura não é uma atividade forte no município.

Tabela 8: Uso da Terra em Corumbá:1980/2006

Atividade	1980	1996	2006
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	6.365	1.878	1.694
Lavoura permanente	673	321	364
Pastagem	3.782.214	3.504.669	3.657.382
Matas e florestas	796.256	1.171.896	994.340
Terras incultas	122.721	82.764	258.251
Total	4.708.229	4.761.528	4.910.607

Fonte: IBGE, Censo Agrícola (1980, 1996, 2006).

A pastagem ocupa maior parcela de terras em Corumbá, cuja área praticamente manteve-se entre 1980 e 2006 (3.657.382 hectares em 2006). Diante disso deve-se apontar que, a pecuária desenvolvida no Pantanal está adaptada as características ambientais da região, com o manejo do gado de acordo com o ritmo das águas (MORAES, 2008). Desde o início da década de 1970 os criadores tem desmatado e plantado pastagens no intuito de aumentar a capacidade de suporte anual da terra para o gado, especialmente porque houve uma redução nas áreas de pastagens nativas, devido a um forte alagamento no início dos anos 1970, que implicou em uma redução no efetivo do rebanho bovino.

O modelo de pecuária extensiva adotado no Pantanal criou, ainda que não intencionalmente, um equilíbrio entre o gado e a natureza. Somado a isso, outros fatores colaboraram para manter o Pantanal praticamente intacto e tão rico em recursos naturais: a baixa taxa de ocupação humana, o grande tamanho das propriedades, a dificuldade de acesso por estradas e a pouca atividade de caça e pesca em função da grande oferta de carne bovina. Assim, foi a pecuária, limitada e ao mesmo tempo auxiliada, pelos ciclos de inundação, que ditou o ritmo de ocupação do Pantanal (MORAES, 2008, p.22).

A tabela 9 evidências que, a agricultura é pouco praticada em Corumbá, sendo que o único produto cultivado entre 1980 e 2006 foi o milho. O mesmo se verifica para o arroz.

Tabela 9: Principais produtos agrícolas cultivados em Corumbá: 1980/2006

Principais Culturas	1980		1996		2006	
	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)
Arroz	267	236	98	70	--	--
Milho	1.331	887	1.530	850	99	520

Fonte: Censo Agrícola (1980,1996,2006).

A maior parte (92%) do Pantanal é formada por solos hidromórficos, com drenagem deficiente e com tendências para inundações prolongadas e periódicas, solos arenosos e com condições de fertilidade natural, consideradas de média a baixas (BAZZO et al., 2012). Os solos da área não inundável em torno de Corumbá foram por muito tempo utilizados como pastagens, mas com a implantação de assentamentos rurais na região, estes solos passaram a ser utilizados para agricultura⁴.

Dentre as atividades agropecuárias, a pecuária bovina é a mais importante e que insere Corumbá no agronegócio da carne. Neste sentido, a tabela 10 apresenta os dados referentes a atividade e mostra que houve acréscimo tanto de estabelecimentos quanto de animais. Entre 1980 e 2006 o número de estabelecimentos com criação de gado aumentou 6,06% e o número de cabeças aumentou 22,72% .

Tabela 10: Atividade pecuária de Corumbá: 1980/2006

	1980		1996		2006	
	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças	Estab	Cabeças
Bovinos	838	1.541.189	855	1.595.000	892	1.994.810
Equinos /muars	910	25.434	985	32.291	998	35.369
Ovinos	228	12.426	221	16.187	212	16.682
Suínos	584	12.384	522	14.240	276	5.734
Aves	778	52.053	632	28.852	600	26.000

Fonte: Censo Agropecuário (1980,1996, 2006).

⁴ Este solo apresenta textura média, argilosa e muito argilosa. Além disso, a água é removida do solo lentamente, permanecendo por um período significativo do ano e que durante o período de seca, ocorre fendilamentos profundos. Deste modo, os principais fatores que influenciaram na avaliação da aptidão agrícola deste solo foram a deficiência de água, excesso de água e impedimentos a mecanização (SPERA et al., 1993).

Nas décadas de 1980 e 1990 a pecuária do Pantanal sofreu uma série de dificuldades, especialmente em relação a queda de preço do boi gordo, ocasionando redução na capacidade de investimentos e custeio dos criadores. Neste período também foram registradas três, das quatro maiores cheias da região, a cheia de 1982, a de 1988 e de 1995 (ARAÚJO, 2006).

Neste sentido cabe explicitar que, no Pantanal ocorrem dois períodos críticos de restrição alimentar para o gado, o primeiro ocorre do auge ao final da cheia, de fevereiro a maio, e o segundo, do meio ao final da seca, de agosto a setembro. Em anos de cheia, as áreas mais baixas e que possuem pastagens de melhor qualidade ficam cobertas pela água, reduzindo as áreas de pastagem; as áreas mais elevadas e não inundadas geralmente apresentam forrageiras de média a baixa qualidade, ou ainda, áreas florestadas com baixa disponibilidade de forrageiras. Neste sentido, Santos et al. (2007, p.33) apontam as alternativas de manejo do rebanho em função da sazonalidade das águas:

(1) manter o menor tamanho de rebanho ditado pela capacidade de suporte “natural” da terra durante a estação das chuvas (cheias); (2) manter o maior tamanho de rebanho possível e comprar alimento (ração ou forragem); (3) manter o maior tamanho do rebanho possível na estação seca e vender os animais para reduzir o rebanho a níveis sustentáveis no início da estação das chuvas; (4) transferir os animais em excesso no início da estação das chuvas para outras propriedades, em partes mais altas do Pantanal ou no planalto, próprias ou arrendadas. As estratégias (3) e (4) são uma solução imediata para quando a cheia chega de repente. Mas o ideal é que o fazendeiro se prepare para as cheias, vedando algumas áreas de pastagens que não inuntem, vendendo animais de descarte, etc.

As fazendas são divididas em invernadas ou piquetes. Pela ocorrência das inundações, as invernadas são divididas de forma perpendicular aos corpos d’água, especialmente rios e corixos (SANTOS et al., 2007), sendo que no modelo tradicional as invernadas apresentam grandes extensões, de 500 hectares em média, embora existam invernadas de 1.000 e 2.000 hectares.

A pecuária bovina de corte vem passando por mudanças, através da introdução de novas técnicas e novos modelos de administração e gerência (ARAÚJO, 2006). O Mato Grosso do Sul incorporou o modo de produção moderno a partir da década de 1970, com os programas e políticas destinadas a integração do Centro Oeste ao circuito produtivo nacional. “ Há uma modernização nos sistemas de criação, inicia-se a fase de engorda de gado, novas pastagens são introduzidas para melhorar as gramíneas naturais, formam-se áreas de pastos artificiais, ocorre a divisão dos pastos, frigoríficos são instalados e há uma preocupação crescente com o controle sanitário dos rebanho” (ARAÚJO, 2006, p.26). No entanto, esta evolução não acompanhou o ritmo do estado, resultando na diminuição da participação do Pantanal no total da criação do Mato Grosso do Sul.

A pecuária do Pantanal caracteriza-se pela presença e investimentos de empresários de outras regiões do país, além disso os criadores estão utilizando técnicas como inseminação artificial e

transferência de embriões, que potencializam a capacidade reprodutiva⁵. Em Corumbá ocorrem as fases de cria e recria⁶, pois em razão dos elementos físicos desta área, a engorda é realizada em áreas de Pantanal alto, não sujeitas a inundações e de facilidade de acesso. De acordo com entrevista realizada com presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016), o gado criado no município segue para as fases de engorda em Campo Grande, Rio Bonito, Rio Verde e Coxim. Mesmo diante desta realidade, o entrevistado (2016) aponta que, 20% das fazendas do município estão iniciando o processo de recria.

O rebanho bovino de Corumbá é formado principalmente por gado Zebu, com distintos graus de sangue e predomínio da raça Nelore, que por suas características de precocidade e rusticidade, teve uma boa adaptação as condições físicas do Pantanal. No que diz respeito a formação social proveniente desta atividade, Araujo (2006, p.134) explica:

As grandes fazendas, que são propriedades de grupos econômicos mais poderosos ou de empresários externos à região, geralmente do sudeste, organizam-se dentro dos moldes empresariais, possuindo superintendentes, diretores administrativos, assessores, supervisores, gerentes, veterinários, técnicos em agropecuária, etc. Capatazes de campo e peões residem na propriedade o tempo todo, os demais vivem, geralmente, nas áreas urbanas. Nas fazendas típicas, os gerentes ou capatazes formam uma classe intermediária, apresentam melhores condições de vida do que o peão comum, e mantêm contato direto com o fazendeiro residindo na propriedade.

Neste contexto, o presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016) acrescenta que, no município, uma média de 2 mil pessoas são empregadas de forma direta e/ou indireta pela pecuária bovina.

A carne bovina do Mato Grosso do Sul possui importante mercado através das exportações. Para o fortalecimento das empresas que participam das exportações de carne congelada ou refrigerada, o BNDES tem utilizado do BNDESPar, uma holding que controla as empresas nas quais o Banco detém ações. A BNDESPar obteve, entre 2007 e 2009, participações acionárias no Grupo Bertin, JBS, Marfrig e Perdigão/BR Foods⁷ (LAMOSO, 2011). A autora explicita que, o agronegócio do Mato Grosso do Sul não possui exclusividade do poder público, já que também é subordinado.

⁵ Além disso e considerando que a raça Nelore é predominante no Pantanal, em algumas propriedades touros e fêmeas de elite de alta seleção genética são criados em sistema de produção intensivo. Ao mesmo tempo, novas raças estão sendo introduzidas na região para cruzamento e consequente melhoramento genético, como é o caso da raça Brangus, cujo número de touros vem crescendo na região (ARAUJO, 2008).

⁶ A fase de cria é etapa inicial da atividade. Para tanto, dois fatores são essenciais: terra e capital para investimento. O produto final é o bezerro e para chegar até ele, passa-se pela inseminação, natural ou artificial, gestação, nascimento e amamentação, até que o animal passa a ser desmamado, com 5 a 7 meses (em sistemas tradicionais, o desmame ocorre com 1 ano ou mais). Já a fase de recria é voltada para a criação de bezerros de 5 meses a 1 ano até 24 a 36 meses, quando será chamado de garrote ou boi magro.

⁷ “Após os aportes, o JBS adquiriu a divisão de carnes do Bertin. Essas empresas tem unidades no Mato Grosso do Sul, nos seguintes municípios: JBS/Bertin – em Campo Grande e Naviraí, Marfrig em Bataguassu e a BR Foods (Perdigão + Sadia) – Dourados” (LAMOSO, 2011, p.6).

Não temos estudos, mas há indícios de oligopsônio na frigorificação da carne bovina. Os lucros do setor exportador de carne bovina se realizam apenas parcialmente no estado, através do reinvestimento. Parte, que não foi possível mensurar até então, é drenada para a matriz localizada em municípios paulistas. Nenhum frigorífico exportador tem participação de capital privado regional (LAMOSO, 2011, p.8).

O fortalecimento da pecuária enquanto atividade econômica no Mato Grosso do Sul pode ser expresso pela inserção internacional dos frigoríficos exportadores localizados em Campo Grande, Naviraí e Batayporã. Além destes, o estado conta com o Frigorífico Margem em Coxim, Parnaíba e Três Lagoas, o Frigorífico Independência em Anastácio, Campo Grande e Nova Andradina, JBS em Campo Grande, o Frigorífico Bertin em Naviraí e o Marfrig em Bataguassu. A maior parte destes frigoríficos localiza-se em municípios da Bacia do Rio Paraná e seis deles estão localizados próximos do estado de São Paulo, que é um importante mercado consumidor e a saída para o porto. Segundo entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Corumbá (2016), a maior parte do gado criado no município é comprado pela JBS, a compra é realizada diretamente com o criador, além dos leilões, que ocorrem mensalmente. A pecuária foi responsável por 6% da composição do PIB do município em 2014 (IBGE).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação socioespacial enquanto categoria permite entender que, sua realização se faz de modo diversificado em termos regionais. Isso porque, a esta categoria estão vinculados elementos da geografia física, da população, da história, das relações sociais, das atividades econômicas, etc.

A formação socioespacial de Corumbá foi marcada inicialmente pelas grandes propriedades, desenvolvendo atividades pecuaristas (como resultado do aproveitamento das condições naturais) para atendimento de demandas internas do Brasil. O período entre 1822 e 1889 foi fundamental para o processo de expansão da cidade de Corumbá, visto que, teve neste período uma importante evolução de suas atividades produtivas, com destaque no contexto da província e também na região Sudeste do Brasil, por meio da pecuária.

A partir daí a pecuária passou por diversos momentos e apesar das dificuldades advindas das condições físicas do pantanal, especialmente a partir da década de 1970, a atividade foi aprimorada através de técnicas e melhoramentos genéticos, constituindo-se na principal atividade agropecuária do município e inserindo Corumbá no agronegócio da carne.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A, P, C, de. **Pantanal: um espaço em transformação**. Tese (Doutorado em Geografia), 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ARAUJO, A, P, C, de; BICALHO, A, M, S, M de. Crescimento econômico e organização do espaço agrário do Pantanal de Mato Grosso do Sul. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, **Anais...** São Paulo, 2009.
- BAZZO, J, C; FREITAS, D, A, F de; SILVA, M, L,N; SANTOS, S,A. Aspectos geofísicos e ambientais do Pantanal. **Revista de Geografia**, v.29, n.1, Recife, 2012.
- BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul mato-grossense**. Dissertação (mestrado) 2006, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872**, Rio de Janeiro, 1872.
- BRAZIL, M. C. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, **Anais...** Porto Alegre, 2000.
- BRAZIL, M. C. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]. In: MAESTRI, M e BRAZIL, M. C. **Peões, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Passo Fundo, 2009.
- CARDOSO, E, L, et al. Os solos e aptidão agrícola das terras dos assentamentos rurais no município de Corumbá, MS. Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, **Anais...** Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, n. 179 e 180, Rio de Janeiro, 1964.
- EMBRAPA. **Considerações sobre a saída de bovinos do município de Corumbá**. Circular técnica, Corumbá, 1981.
- ESSELIN, P, M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Dourados: Editora da UFGD, 2011.
- LAMOSO, L, P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul- Brasil. **Revista Mercator**, v. 10, n. 21, Fortaleza, 2011.
- LÊNIN, V. I. **The Development of Capitalism in Russia**. Moscou: Progress Publishers, 1974 .
- MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Geosul**, n. 1, Florianópolis, 1986.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- MARX, K. O método da economia política. In: **Contribuição da crítica à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

- MORAES, A, S. **Pecuária e conservação do Pantanal**: análise econômica de alternativas sustentáveis – o dilema entre benefícios privados e sociais. Tese (Doutorado Economia), 2008, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- PEREIRA, R, M, F, A, do. Formação sócio-espaçial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v.18, n.35, Florianópolis, jan/jun, 2003.
- QUEIROZ, P, R, C. Uma esquina nos confins do Brasil: o Sul do Mato Grosso Colonial e suas vias de comunicação (projetos e realidades). **Fronteiras**, v.11, n.19, Dourados, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Espaço e capital**: o meio técnico-científico. Espaço e Método. São Paulo, 1985.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.54, São Paulo, jun,1982.
- SANTOS, R, L et al. Qualidade física de um Latossolo Vermelho sob sistemas de integração lavoura-pecuária no Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 42, n. 6, São Paulo, 2007.
- SENA, D, M de. Trabalhadores livres no “baixo Paraguai” do Império do Brasil. **Fronteiras**, v.12, n.22, Dourados, 2010.
- SILVA, H, M. Teuto-Brasileiros do Oriente Paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. **Diálogos**, v.9, n.3, Maringá, 2005.
- SILVA, L, H, A, de. **Comércio na Fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá, MS**: um estudo sobre a Feira BrasBol. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) 2010, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.
- SPERA, S, T; CARDOSO, E, L.; MACEDO, J, R de. **Sugestões para o uso e manejo de vertissolo nos projetos de assentamento da região não inundável de Corumbá/MS**. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1993.
- TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, Três Lagoas, 2005.
- TOLMASQUIM, M, T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignacio Rangel. **Revista de Economia Política**, v.11, n.4, São Paulo, out/nov, 1991.
- WILCOX, R, W. **Cattle ranching on the Brazilian frontier**: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940. Tese (PhD em História) – New York University, New York, 1992.

Trabalho enviado em 12/01/2018

Trabalho aceito em 10/05/2018